



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

IZANGELA OLIVEIRA MARTINS

**HABILIDADES PARA LEITURA E ESCRITA: UMA DISCUSSÃO COM AS
PCNS**

**POMBAL-PB
2013**

IZANGELA OLIVEIRA MARTINS

**HABILIDADES PARA LEITURA E ESCRITA: UMA DISCUSSÃO COM AS
PCNS**

Trabalho de conclusão do curso apresentado á coordenação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADOR:

POMBAL – PB

2013

M386h Martins, Izangela Oliveira.

Habilidades para leitura e escrita: uma discussão com as PCNs /
Izangela Oliveira Martins. – João Pessoa: UFPB, 2013.

37f.

Orientador: Sócrates Pereira Ferreira

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)
– UFPB/CE

1. Leitura. 2. Escrita. 3. Aprendizagem. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.014.5 (043.2)

IZANGELA OLIVEIRA MARTINS

**HABILIDADES PARA LEITURA E ESCRITA: UMA DISCUSSÃO COM AS
PCNS**

Trabalho de conclusão do curso apresentado a coordenação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

APROVADA EM: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

JOÃO PESSOA - PB

2013

DEDICATÓRIA

Todo esse trabalho é dedicado a minha família que muito contribuiu para a minha formação, que sempre me ensinou a respeitar Deus e seus princípios e acreditou que um dia eu seria uma educadora.

AGRADECIMENTOS

A Meu Deus.

A cada amanhecer um novo dia, á certeza de que Deus sempre esteve e estará comigo em todos os momentos da minha existência, dando-me força e coragem para enfrentar os desafios nessa longa caminhada, com humildade e perseverança, traçando metas em busca de novos objetivos.

A minha família.

Uma dádiva de Deus, pois sozinha não seria possível ter percorrido todo esse caminho, sem o apoio, o incentivo e a compreensão de todos, quando nos momentos de angústia mostraram-me que temos de lutar sempre, desistir, jamais, e acreditaram na construção desse trabalho.

Aos meus amigos e amigas.

Pessoas que me mostraram com otimismo e lealdade que nada é impossível quando acreditamos que somos capazes de conquistar o que almejamos quando temos Deus como nosso ponto de partida.

A todos os professores, professoras e orientadores.

Mestres na arte de ensinar e transformar o irreal, em realidade, que apesar das dificuldades vale a pena buscar novos horizontes, um obrigado todo especial.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar as habilidades da leitura e da escrita levando em consideração a discussão bibliográfica com as PCNS, em crianças no ensino fundamental, em um sentido mais amplo e abrangente o que acontece no cenário da leitura e escrita na educação infantil. É notável que a leitura e a escrita sejam iniciadas na escola, tendo em vista que ela tem o papel de estimular tais atos e analisar o desenvolvimento das crianças e seu relacionamento com a linguagem escrita, através das suas características e modalidades, muito antes de seu ingresso na escola. Aprender a ler significa aprender a ler o mundo, dar significado / significado a ele. Diante deste contexto, o trabalho proposto, objetiva elencar as principais concepções que norteiam o processo de leitura e escrita. A escolha desse recurso reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Ao término deste trabalho é possível afirmar que a leitura está estritamente relacionada à escrita, mas sua aprendizagem esta tradicionalmente ligada aos atributos linguísticos, culturais, sociais. Diante das evidências, há uma preocupação por parte dos educadores, principalmente, nas escolas do ensino fundamental, em incentivar a criança a ler. Devendo a sala de aula ser um berço de futuros escritores, artistas, se os educadores fizerem da literatura infantil e da leitura de outros textos um momento de lazer, onde o aluno sinta prazer em ler uma história, e não a veja como uma tarefa escolar a cumprir. A leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim.

Palavras-Chave: Leitura. Escrita. Aprendizagem. PCNS. Educadores.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the reading and writing skills taking into account the discussion essay with the PCNS, in children in elementary school, in a broader sense and what happens in reading and writing in early childhood education. It is remarkable that reading and writing are initiated at school, since she has the role to encourage such acts and analyse the development of children and their relationship with the written language, through these characteristics and modalities, long before his entry into the school. Learn to read means learning to read the world, give meaning/significance to it. Given this context, the proposed work aims to list the main concepts that guide the process of reading and writing. The choice of this feature is to allow the researcher to cover a range of much broader phenomena than could search directly. At the end of this work it is possible to affirm that the reading is strictly related to writing, but their learning this traditionally linked to the linguistic, cultural, social attributes. On the evidence, there is a concern on the part of educators, mainly, in schools of basic education, to encourage children to read. And the classroom be a cradle of future writers, artists, if they are educators of children's literature and reading other texts a moment of leisure, where the student feel pleasure in reading a story, and do not see how a school task to fulfill. Reading as social practice, is without pre a means, never an end.

Key-words: Reading. Writing. Learning. PCNS. Educators.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	12
2.1 A Organização do Trabalho Escolar	12
2.2. O Currículo no Cotidiano Escolar	13
2.3 O Compromisso do Educador com a Prática Pedagógica	18
3 HABILIDADES E APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA	21
3.1 As Habilidades Necessárias Para a Leitura	21
3.2 Habilidades Necessárias Para a Escrita	21
3.3 Por Que Meu Aluno Não Lê?	22
3.4 – Práticas de Produção de Textos	23
3.5 – Distinções Entre Métodos ou Procedimentos de Ensino e o Processo de Aprendizagem	27
4 ESCRITA E LEITURA NO OLHAR DOS PCNs	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

No desenvolver desse trabalho, com base numa pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e delineamento do tipo de estudo exploratório, sobre Habilidades para Leitura e Escrita: Uma Discussão Bibliográfica com as Pcn's, sendo caracterizado, segundo a natureza dos dados, como uma pesquisa bibliográfica. E tem como objetivo o desenvolvimento da leitura e da escrita no contexto escolar, nas séries iniciais do ensino fundamental, visto que ensinar a ler e a escrever continua sendo uma das tarefas mais especificamente escolares; muitas crianças fracassam já nos primeiros passos da alfabetização. Frente a essa problemática e em busca de caminhos que minimizassem, e, até mesmo, erradicassem este entrave do processo ensino-aprendizagem, através de pesquisas, o presente trabalho busca mostrar que existe uma nova maneira de encarar esse problema, que atinge tanto o educando quanto o educador, são fatores que interferem na aprendizagem do aluno.

Vale salientar que a classe infantil, em sala de aula tende a buscar e desenvolver atividades incentivadoras que estimule o aluno a prática da leitura e escrita, em um sentido mais amplo e abrangente na aprendizagem voltada para educação infantil. Na trajetória profissional, na qualidade de docente, buscar na sala de aula meios que venha estimular a leitura e a escrita como ponto importantíssimo no aprender do aluno, como também, incentivar e praticar formas de desenvolver práticas na construção da aprendizagem.

Este trabalho tem como objetivo analisar as referências bibliográficas na leitura e escrita em crianças no ensino fundamental e discutir com os PCNS. Eu como educadora venho analisar e discutir em um sentido mais amplo e abrangente o que acontece no cenário da leitura e escrita na educação infantil. É notável que a leitura e a escrita sejam iniciadas na escola, tendo em vista que ela tem o papel de estimular tais atos.

A escola trabalhou o projeto pedagógico "Possibilidades para Superação das Dificuldades na Leitura e Escrita", de acordo com experiências vivenciadas em sala de aula, com diferentes faixas etárias, observei que as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, são muito comuns nas escolas nos dias atuais. Foi à partir dessa realidade que senti a necessidade de buscar soluções e traçar metas para superar

essas dificuldades. Com base nessa problemática me interessei pela causa, ou seja, busquei subsídios para atenuar e incentivar o gosto pela leitura e escrita, na sala de aula.

A história da leitura descreve o ato de diversas manifestações humanas, tais como: “em pedras, ossos, cascas de árvores, muros, monumentos – tabuletas, rolos de papiro, códices, entre outros” (FISHER, 2006, p. 21). A leitura é algo associado a escrita que dá ao aluno a oportunidade de despertar a vontade de conhecer algo além da sua imaginação. “ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo” (FOUCAMBERT, 1994, p. 43).

Na literatura da área de metodologia científica podem-se encontrar muitas recomendações a respeito da formulação do problema de pesquisa. Gil (1999) considera que as recomendações não devem ser rígidas e devem ser observadas como parâmetros para facilitar a formulação de problemas. A leitura é sem dúvida algo fundamental na vida da criança, onde ela passa a ter contatos ao se tratar do processo de leitura, é preciso antes de tudo saber quais as dificuldades e o que precisa para iniciar a leitura, programando a partir das descobertas atividades que envolvam os educando no mundo da leitura conhecer as histórias e desenvolver seus conhecimentos através dos livros.

A leitura e a escrita em nossa sociedade têm uma função primordial de despertar e proporcionar conhecimentos básicos que venha contribuir para construção integral da vida do aluno em sociedade e para o exercício da cidadania. A prática da leitura e escrita é sem dúvida fundamental em todas as instituições de ensino, é preciso estar atento não apenas as práticas de ensino, mas, também nos atentarmos para o interesse da criança.

O texto dos parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa expressa que “[...] é através da leitura que o aluno dá significado á construção de textos compreendendo e dando sentido a leitura” (BRASIL, 2001 p. 53).

A cada ano, as escolas de ensino fundamental, séries iniciais, da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo, montam salas especiais de recuperação para alunos caracterizados como portadores de dificuldades de leitura e de escrita. Chegam, às vezes, à quarta série sem saber ler e escrever o próprio nome.

Consideramos ser uma tarefa importante da Escola Fundamental a formação de alunos que saibam ler e escrever textos autonomamente, entendendo por autonomia a capacidade de lidar com as exigências do texto escrito de forma consciente, voluntária e intencional e, por texto:

Uma unidade lingüística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão”. (KOCH e TRAVAGLIA, 1989, p. 8-9).

Segundo Triviños (1987, p. 20), “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar”. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Uma proposta de ensino de leitura que objetiva o despertar do senso crítico do aluno pode contribuir positivamente para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. A leitura é um meio de apreensão e difusão do conhecimento, com Lajolo (1997, p. 28), “o mundo da leitura nos leva à leitura do mundo, ao conhecimento dos outros e de nós mesmos”. No entanto, a prática de leitura na escola parece adotar uma concepção e seguir um objetivo que nada tem a ver com aquisição de conhecimento, nem tampouco com a formação de leitores críticos. Formar hábito de leitura é necessário, especialmente em crianças e adolescentes, pois os livros fornecem matéria intelectual e emocional e cultivam o humanismo.

Como afirma Zilberman (1999, p. 40), crianças que desde os primeiros anos de vida se habitam a manusear livros infantis e ouvem histórias contadas pelos pais, avós ou babás e mais tarde leem aventuras cujos protagonistas são crianças de sua mesma faixa etária, provavelmente desenvolverão com mais rapidez o ofício da leitura. Essas crianças, na fase adulta, com certeza sentirão um imenso prazer na leitura. São capazes de ler e escrever mais facilmente, desenvolvem a imaginação e amadurecem a sensibilidade mais rapidamente que outras crianças em situações adversas. O trabalho objetivou-se em discutir com a literatura e as PCNs o papel do professor frente a escrita e a leitura no ensino fundamental I, descrever as bibliografias acerca da escrita e da leitura na educação fundamental I e promover a

discussão com as literaturas disponíveis e as indicações das PCN's no tocante a escrita e a leitura no ensino fundamental I.

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de buscar informações através de pesquisa descritiva e bibliográfica, onde no primeiro no capítulo Função Social da Escola foi trabalhado a questão da escola como base para o incentivo da aprendizagem do aluno em sala de aula através da leitura e escrita. No Habilidades e Aprendizagem na leitura e escrita, trabalhamos mais diretamente com a prática através do aluno em sala de aula, realizando um encontro proporcionando o aluno a explorar suas potencialidades na prática da leitura e da escrita. No último capítulo que tem como tema a Leitura e Escrita Segundo os PCNs, trata de uma forma abrangente como se deve desenvolver as habilidades em sala de aula de forma que o aluno possa despertar o gosto pela leitura e pela escrita.

2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

2.1 A Organização do Trabalho Escolar

A escola como instituição responsável pela formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, o que tudo indica que no contexto da nova ordem mundial e da velocidade das transformações enfrentadas pela sociedade contemporânea, a função social da escola tem se constituído mais do que nunca em objetos de intensos debates por parte de educadores, gestores, pais, alunos e toda sociedade.

É importante o projeto pedagógico na construção da autonomia da escola, é necessário que haja uma articulação com as estratégias de planejamento das atividades cotidianas visando a democratização de uma escola articulada com uma sociedade mais ampla, visando a interação entre escola – família – sociedade, desenvolvendo trabalhos organizados e transparentes, refletindo sobre o papel de cada um na construção de uma escola verdadeiramente democrática.

Com a construção coletiva do projeto pedagógico, a escola solidifica sua identidade se transformando em um espaço necessário a construção da cidadania, portanto não se pode ser visto como um simples documento guardado na gaveta ele necessita, de constante revisão e avaliação levando os indivíduos a constatarem que é possível interferir nas decisões que irão orientar a organização do trabalho pedagógico como um todo, mesmo porque a escola não tem um fim em si mesmo, mas está a serviço da comunidade em que está inserida, procurando-se com a organização em função da aprendizagem e do sucesso escolar do aluno, visando à formação de cidadãos críticos e participativos dentro da sociedade.

[...] como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoar e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico – metodológico para a transformação da realidade (VIEIRA, p.145).

No meu entendimento as Políticas Públicas, projetos pedagógicos e planejamento é preciso não perder de vista que o processo de planejamento deve

considerar a atividade pratica / reflexiva dos sujeitos envolvidos, que precisam partir de sua pratica social para transformá-lo, por meio de uma ação consciente e intencional, por isso é necessário fazermos sempre uma reflexão e avaliação da nossa pratica no desenvolvimento das atividades pedagógicas e aprendizagem e sucesso dos nossos alunos.

Segundo Vieira (2002 p. 563), “a elaboração do projeto pedagógico deve implicar o planejamento da ação cotidiana da educativa, não podendo ser algo a mais ou em anexo”. É preciso que os vários seguimentos da escola tenham sempre em mente que o trabalho de planejamento não termine com o detalhamento dos planos de ação definidos coletivamente. Portanto é necessário que haja permanentemente o levantamento de análise de informações relativas ao desenvolvimento das ações previstas, para que sejam feitas os reajustes necessários durante o processo de elaboração e não apenas ao final.

A reflexão coletiva da escola em torno do seu projeto pedagógico é extremamente necessária a fim de que exista um compromisso de todos a respeito das principais que vão orientar o trabalho escola, considerando sua especificidade.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental o entendimento de que, como unidade educativa responsável pela formação de cidadãos participativos não pode está isolada, mas inserida no contexto das políticas públicas, visando uma sociedade mais igualitária com pessoas mais conscientes dos seus direitos e deveres.

[...] O projeto pedagógico, concebido executado e avaliado sempre na perspectiva do coletivo, pode vir a construir-se na ferramenta por excelência para a escola construir sua autonomia, a partir da ressignificação de suas práticas. (VIEIRA, 2002, p. 32)

2.2. O Currículo no Cotidiano Escolar

O currículo é mais do que uma simples lista de conteúdo, então planejar o currículo implica tanto na escolha dos conteúdos de ensino, quanto na organização de experiências e situações que garantem sua aprendizagem o que significa dizer

que “inclui conteúdos e metodologias de ensino diversificado de acordo com as necessidades dos alunos e da escola”. (RODRIGUES, 1998 p. 56)

A instituição escolar tem por função primordial preparar o indivíduo para o exercício da cidadania formando o homem em uma nova visão cultural capaz de conviver numa sociedade em que a influência da cultura, da política, da economia, da ciência e da técnica exija sua integração.

Vivemos numa sociedade em que a tecnologia tem avançado a cada dia, e a escola tem esse papel de se modernizar e preparar o homem para enfrentar esse mundo tecnologicamente modernizado. “A nossa escola, portanto, tem de preparar o homem para viver na sociedade atual e não para viver na sociedade do passado ou muito menos, na do futuro”. (RODRIGUES, 1998 p. 56)

Em uma sociedade moderna, a escola no meu entendimento tem ainda a função de avaliar continuamente sua prática e traçar metas e estratégias preparando o homem para viver e conviver numa sociedade moderna, pois que temos é um homem, com uma realidade presente em uma sociedade modernizada, com olhar voltado para um mundo atual. (RODRIGUES, 1998 p. 58)

A escola, por si, não forma o cidadão, a escola contribui para sua preparação, o instrumentaliza, lhe dá condições para que possa se formar e se construir.

Precisamos ter a clareza de que a escola é uma instituição social e está inserida na história da sociedade, sofre influências e é influenciada por aquilo que acontece ao seu redor, portanto a escola por estar inserida em uma realidade, sofre e exerce influência, seja na cultura, nos valores, na ideologia não é apenas o local onde se reproduz os interesses, não é uma instituição neutra, é uma instituição que tem por função repassar, organizar o saber e viabilizar todos os membros de uma sociedade.

A escola, como instituição social inserida nessa realidade, executa apenas a função de reproduzir os interesses desses setores dominantes. Por mais que se tente reproduzir apenas interesses dos danos do capital que organizaram o estado e a sociedade a escola cumpre sua função de ensinar, de socializar a cultura e de instrumentalizar os educandos para compreenderem essa realidade.

Portanto, podemos dizer que isto é um processo contraditório, que se passa dentro e fora da escola ela é influenciada e influencia a realidade social. A escola convive com um universo diversificado de níveis de aprendizagem e também de cultura, daí a necessidade de preparar o indivíduo para um melhor conhecimento e desenvolvimento como cidadãos e como críticos, sejam elas nas mais diversas áreas e culturas.

Frente a essa realidade pode-se assumir pelo menos três posições bastante evidentes, que caracterizam o modo de ser, se organizar e praticar a educação. Inicialmente a escola pode se instituir de forma retrógrada, ao imaginar que a sua forma de atuação deve ser sempre a de recuperação do tempo perdido, quando imagina que é possível realizar uma educação escolar como antigamente. Ele estará à busca de um passado que na realidade não existe.

Uma escola de forma reacionária quando compreende ou não a realidade dos processos de mudança na sociedade, quando opta por dirigir privilegiadamente as atenções e ações educativas aos grupos dominantes da sociedade. Tende a se tornar reacionária, por que não respeita os interesses, os valores, as carências, as necessidades, os processos de mudança que ocorrem no âmbito da sociedade.

Uma escola com uma concepção mais progressista, quando assume a sua época e suas contradições e se organiza considerando as relações forças existentes na sua época. É instrumento de ação das vontades que circulam na sociedade e impulsiona os processos de mudanças.

Entendemos que devemos pensar no que fazer para reorganizar a nossa escola e as ações educativas por elas desenvolvidas, o seu modo de trabalho, a criação de estratégias, e por fim traçar metas para podermos impulsionar o processo de construção de uma escola que promova uma “educação necessária”, que atenda a realidade atual.

Para Rodrigues (1998, p. 60) “a escola necessária é uma escola democrática e que prepara os indivíduos para a democracia”.

Portanto ter uma escola democrática significa desenvolver uma educação que compreenda as diversas interferências e interesses da sociedade, que organiza o

ensino de forma a levar o educando a compreender o papel de cada um individualmente, e o de cada grupo organizado, para poder interferir, criticar e participar ativamente nas ações da sociedade.

Na escola democrática é necessário que haja conflitos, ou seja, divergências de opiniões, onde seja permitido as manifestações das várias contradições, onde os professores trabalham de forma organizada com opiniões e ideias opostas ou divergentes, mas, que são livres para expor seu pensamento e acrescentar sugestões, onde alunos, pais e comunidades possam ter a capacidade de expressarem suas críticas, observações e sugestões e propor as mudanças necessárias.

Para que isso aconteça, é necessário que a escola organize formas de superar os conflitos a partir de uma gestão capaz de analisar as sugestões, as opiniões, e necessariamente estar aberta ao processo de mudanças na formação dos homens para viverem e conviverem. O comprometimento politicamente implica em preparar o educando para o exercício da cidadania, compreendendo a totalidade dos direitos e deveres que o indivíduo tem de desempenhar nas mais diversas funções do ponto de vista individual e social. Portanto é a “Escola Necessária” que queremos construir:

[...] O educador necessário deve estar comprometido politicamente com a sua tarefa de educador. Esse comprometimento exige que as pessoas tenham consciência da responsabilidade que lhes foi confinada. (RODRIGUES, 1998, p. 66).

No meu ponto de vista o educador deve ser apaixonado pela educação, que sonha com uma escola democrática, que tem consciência da responsabilidade e comprometimento com a sua tarefa de educador, preocupa-se com a formação dos educandos para o convívio social no exercício da cidadania.

O “Educador Necessário” vê o compromisso como um ato de amor que se renova diariamente, é por isso que na educação se exige renovação diária do compromisso com o ato educativo, o professor comprometido é tecnicamente competente, (GALLIGÓ, 2002, p. 148). Nenhum professor em algum momento está adequadamente preparado, pois somos seres inacabados que aprendemos e adquirimos a cada dia novos conhecimentos.

[...] Para Rodrigues, (1998 p. 68), a “Escola Necessária” exige, além de um educador com perfil diferente para o trabalho escolar, também um currículo e uma organização administrativa necessária. (GALLIGÓ, 2002, p.153).

O currículo é o instrumento através do qual a escola vai preparar o indivíduo para o exercício da cidadania. A escola prepara o indivíduo através da prática, por que não se ensina somente através de discurso e sim através do discurso e da prática, ambos consolidam o processo. É fundamental saber a essencialidade do currículo, então na preparação para a cidadania há duas questões que se colocam como essenciais, que são: compreender o que se passa no mundo onde estamos vivendo e compreender as formas de agir e atuar neste mundo.

É um discurso bastante comum dizer que a função da escola é preparar o cidadão crítico, mas, o cidadão crítico não é apenas aquele que é capaz de fazer a crítica, mas é preciso que ele compreenda o conflito como uma divergência de opiniões dominando necessariamente o conhecimento do que irá ser criticado.

Na educação escolar é fundamental que o indivíduo seja capaz de incorporar, em seu processo pedagógico, o “desenvolvimento de ações de conhecimentos que o levam a conhecer o mundo e conhecer-se como sujeito capaz de agir e transformar este mundo em que vivemos.” (GALLIGÓ, 2002, p.153).

[...] Através do currículo do ensino, estaremos abrindo as janelas para o mundo, ou seja, são aqueles conhecimentos que permitem uma visão cada vez mais ampla do mundo. Esse é o ponto de partida. “Quando retiramos aquilo que nos impede de ver o real, chegamos a verdade e este é o papel do conhecimento” (RODRIGUES, 1998, p.72)

O objetivo do ensino não é apenas o conteúdo, mas é importante desenvolver no educando a competência de compreender o mundo, é ser capaz de, através do aprendizado da história da sociedade entender o processo de construção do social humano.

A avaliação não pode acontecer de maneira isolada, mas de modo global no processo educativo. “Quando a população puder dizer que espera da escola e os dirigentes, as elites souberem traduzir as carências da população em forma de ação para que a escola possa responder a essas carências” (RODRIGUES, 1998, p. 80).

O primeiro passo para a democratização da escola que prepara o indivíduo para o exercício da cidadania moderna é a preparação mais efetiva; a uma visão da realidade mais ampla no processo de mudança e transformação da sociedade em que vive.

2.3 O Compromisso do Educador com a Prática Pedagógica

Para um profissional ser um verdadeiro educador é necessário que exista o seu compromisso com a prática pedagógica, para que seja proibido, por ele que é necessário haver uma reflexão crítica sobre a Prática/Teoria, pois uma não caminha sem a outra.

O compromisso é uma palavra oca se não houver uma compreensão por parte de educador em relação a sua prática pedagógica.

[...] o formando desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção. (FREIRE, 1997 p. 25)

Entendemos que ensinar não é apenas transferir conhecimento ou conteúdo, mas a capacidade de criar oportunidades para que o educando seja capaz de construir seus próprios conhecimentos, voltados para a sua realidade, então o professor deve ser o mediador, orientador, do processo de construção significativa para o aluno.

Segundo FREIRE (1997 p. 26), “foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.” Mas, é importante que se crie maneiras, caminhos, métodos de ensinar, priorizando a aprendizagem do aluno, refletindo sobre a teoria prática. Freire (1997 p. 28) se refere ao educador democrático refletindo: “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

O educando apresenta-se nesse contexto com o perfil de curioso, desafiador, crítico e o educador democrático deve propiciar um espaço para que o educando,

pergunte, questione, seja estimulado a buscar novas informações, novos conhecimentos, é nesse sentido que ensinar não se esgota, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. Para que este processo se efetive é necessária a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes, faz parte de uma escola democrática.

O papel do educador faz parte de sua tarefa docente, não apenas funciona para ensinar os conteúdos, mas também ensinar ao aluno “pensar certo”, ensinar também valores. O professor que “pensa certo” deixa transparecer aos educandos a beleza de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, com a capacidade para pensar, para formular o pensamento e compreender o meio em que está inserido.

Segundo Freire (1997, p. 32) “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Compreendemos que é impossível um educador ensinar bem sem antes de tudo ser um pesquisador, pesquisar um determinado conteúdo, pois o educador deve ser um eterno pesquisador para o êxito no desenvolvimento da aprendizagem do educado, portanto, a pesquisa deve fazer parte constantemente da prática docente.

Para um maior compromisso do educador com a sua prática, ressaltamos que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, ou seja, o educador e a escola precisam respeitar o ritmo de aprendizagem de cada educando, valorizar o que o educando traz as experiências vividas, como ainda discutir com os seus alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina, cujo conteúdo é possível refletir, a violência, as implicações políticas, a miséria e tantos outros aspectos e situações vividas pelos alunos. A escola não pode tomar partido, nem fazer o papel da família, mas também não pode achar que não tem responsabilidade com o processo é papel de a escola ensinar os conteúdos e transferi-los aos alunos, aprendidos, estes operam por si mesmos, isto é, desenvolvem a autonomia.

Ensinar exige criticidade, ou seja, não concorda, mas respeita o ponto de vista do outro, assim é ensinar respeitando as diferenças, as ideias, mesmo que não aceite o que o outro diz. Precisamente o educador deve fazer a promoção de

ingenuidade para a criatividade, mecanismo que não dá automaticamente, uma das tarefas da prática educativa – progressista é exatamente o desenvolvimento dessa curiosidade crítica, portanto, “Se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação humana”.

A prática docente exige estética e ética que é a beleza do ensinar, o educador deve ter decência, pois os alunos sempre se espelham no professor, nos seus atos, no seu comportamento dentro da sociedade, e por isso que o professor em seu compromisso profissional deve ser testemunho rigoroso de decência na sua prática educativa.

O aluno de um professor que sua prática educativa ensina, a ética, o respeito, a moral e bons costumes, não espera do professor atitudes contrárias, pois são reflexos para a formação do aluno, por isso nós educadores devemos a cada dia nos policiarmos e refletirmos sobre nossas atitudes perante a sociedade, e na nossa prática educativa da formação humana.

[...] Sobre a formação do educador e do seu compromisso, Freire salienta: Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE, 1997 p.44).

A formação do professor deve ser permanente e um dos momentos fundamentais dessa formação é o da reflexão crítica sobre sua prática educativa, quanto ele se auto avalia, estando abertas as mudanças e aceitando o novo, correndo riscos, e sendo contrário a qualquer tipo de discriminação da sociedade.

Refletindo criticamente, o professor demonstrará capacidade de mudar a sua prática quando assim se fizer necessário, a flexibilidade e aceitação do novo devem ser características do verdadeiro educador, pois do educador se exige uma constante ocupação com o ato educativo, de renovação diária, a ampliação de novos conhecimentos para que seja compreendido como mediador comprometido politicamente com a sociedade moderna.

3 HABILIDADES E APRENDIZAGEM NA LEITURA E ESCRITA

Aprender a ler e escrever proporciona liberdade à criança. Por meio da leitura ela descobre um mundo novo, o qual pode acessar quando quiser ou precisar. Por meio da escrita pode transmitir ideias e sentimentos, pode pôr em palavras suas emoções e comunica-las quando desejar. Entre os dois e três anos, a criança descobre que os livros falam quando alguém o lê. As imagens, as letras, os desenhos são interpretados por essa pessoa que lhes dá vida.

Quando a criança aprende a ler, o prazer de fazê-lo torna-se maior. Quando pode escrever e deseja escrever será porque essas letras serão lidas, serão interpretadas por outras pessoas. “Para aprender a escrever tem que sentir necessidade de comunicar sua observação, seu sentimento, seu conhecimento a si mesmo ou a alguém” (GALLIGÓ, 2002, p.153).

3.1 As Habilidades Necessárias Para a Leitura

Para que esse processo seja possível é necessário que exista uma maturidade adequada das bases neurofuncionais que o sustentam. Estas bases são a sustentação de todas as modalidades perceptivas, sobre tudo a visual e auditiva, que marcam a maneira, o estilo e a forma como ocorre o processo. Esta aprendizagem não envolve somente uma simples associação de neurônios que intervém, mas também a integração das diferentes destrezas que o cérebro utiliza para processar a informação dada pelos grafemas e fonemas que são percebidas pela visão e pela audição. “Aprender a ler não significa somente associar letra com som e palavra e com significado, mas implica aprender uma forma de decodificação diferente da que é utilizada na linguagem oral.” Nesta forma de decodificação é preciso: *receber, reconhecer, elaborar e interpretar símbolos* (GALLIGÓ, 2002, p.155).

3.2 Habilidades Necessárias Para a Escrita

Para aprender a escrever o gesto deve submeter-se à lei da escrita, perder sua espontaneidade e adaptar-se a uma convenção humana. A escrita representa para a criança a possibilidade de transmitir suas ideias, seus sentimentos e suas

percepções de uma maneira nova que perdura. Assim como a escrita, a leitura faz parte do processo de ensino na escola.

3.3 Por Que Meu Aluno Não Lê?

Essa é uma questão a ser explorada, focalizando os aspectos relativos ao funcionamento de sala de aula que podem contribuir para o problema. Aspectos macroestruturais que também influem no fracasso da escola quanto a formação de leitores.

Para formamos leitores, devemos ter paixão pela leitura.

Em que se baseia a leitura? No desejo. Esta resposta é uma opção. É tanto o resultado de uma observação como de uma intuição vivida. Ler é identificar-se com o apaixonado ou com o místico. É ser um pouco clandestino, é abolir o mundo exterior, deportar-se para uma ficção, abrir o parêntese do imaginário. Ler é muitas vezes trancar-se (no sentido figurado). É manter uma ligação através do tato, do olhar, ate mesmo do ouvido (as palavras ressoam). As pessoas lêem com seus corpos. Ler é também sair transformado de uma experiência de vida, é esperar alguma coisa. É um sinal de vida, um apelo, uma ocasião de amar sem a certeza de que se vai amar pouco a pouco o desejo desaparece sob o prazer. (LIONEL BELLENGER, p.17).

A atividade árida e tortuosa da decifração de palavras, chamada de leitura em sala de aula, não tem nada a ver com a atividade prazerosa descrita por Bellenger. E, de fato, não é leitura, por mais que esteja legitimada pela tradição escolar. Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais nem aquilo do qual não consegue extrair o sentido. Essa é uma boa caracterização da tarefa de ler em sala de aula; para uma grande maioria dos alunos ela é difícil demais, justamente por que não faz sentido. Uma das primeiras barreiras que o professor tem que negociar para poder ensinar a ler é a resistência do próprio aluno, ou dos pais do aluno quando este é uma criança mais nova.

A leitura como decodificação é outra prática muito empobrecedora, está baseada numa concepção da atividade como equivalente, a atividade de decodificação. Essa concepção dá lugar a leituras dispensáveis, uma vez que em nada modificam a visão de mundo do aluno.

A leitura como avaliação, é um outro tipo de prática que inibe, ao invés de promover, a formação de leitores. Nas primeiras series, caracteriza-se essa pratica por tal preocupação de aferimento da capacidade de leitura, que a aula se reduz quase que exclusivamente à leitura em voz alta. A pratica, é justamente porque permitiria ao professor “perceber se o aluno está entendendo ou não”, apesar de sabermos que é mais fácil perder o fio da estória, quando estamos prestando atenção à forma, à pronuncia, à pontuação, aspectos que devem ser atendidos quando estamos lendo em voz alta.

Quando o objetivo for verificar, se o aluno conhece as letras, automatizou as correspondências entre som e letra, conhece o valor dos símbolos usados para pontuação, e dermos tempo prévio à leitura em voz alta para fazer uma leitura silenciosa, então a leitura em voz alta pode ser a melhor forma de avaliar esse conhecimento. Entretanto, essa atividade não é sempre necessária, sendo até contraproducente se o nosso objetivo for ampliar o vocabulário visual de reconhecimento instantâneo, ou desenvolver os hábitos típicos do leitor proficientes na atividade solitária, que caracteristicamente, nem balbucia as palavras nem as declama. [...] “Diferente é a leitura em voz alta que tem por objetivo a apreciação estética da linguagem” (KLEIMAN. 1993).

3.4 – Práticas de Produção de Textos

Baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o trabalho da produção de textos como finalidade, é formar escritores competentes capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes.

Um escritor competente é alguém que, ao produzir um discurso, conhecendo possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará escolhendo aquele que for apropriado a seus objetivos e a circunstância enunciativa em questão. Se o que lhe deseja é convencer o leitor, o escritor competente selecionará um gênero que lhe possibilite a produção de um texto predominantemente argumentativo. Um escritor competente é alguém que planeja o discurso e conseqüentemente o texto em função do seu objetivo e do leitor a que se destina, sem desconsiderar as características específicas do gênero.

[...] De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. As pesquisas na área da aprendizagem da escrita nos últimos vinte anos, têm provocado uma revolução na forma de compreender como esse conhecimento é construído. Hoje já se sabe que aprender a escrever envolve dois processos paralelos: Compreender a natureza do sistema da escrita da língua – os aspectos notacionais – e o funcionamento da linguagem que se usa para escrever – os aspectos discursivos, que é possível saber produzir textos sem saber grafá-los e é possível grafar sem saber produzir: que o domínio da linguagem escrita se adquire muito mais pela leitura do que pela própria escrita; que não se aprende a ortografia antes de se compreender o sistema alfabético de escrita, e a escrita não é o espelho da fala. (PCN, Língua Portuguesa, p. 66).

O conhecimento a respeito da questão dessa natureza tem implicações radicais da alfabetização. A principal delas é que não se deve escrever por meio de práticas centradas apenas na codificação de sons e letras. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos, inúmeras oportunidades de aprenderem a escrever em condições semelhantes às que caracterizam a escrita fora da escola. É preciso que se coloquem as questões centrais da produção desde o início: como escrever, considerando ao mesmo tempo, o que pretendem dizer e a quem o texto se destina – afinal, a eficácia da escrita se caracteriza pela aproximação máxima entre a intenção de dizer o que, efetivamente se escreve e a interpretação de que lê.

[...] Para aprender a escrever, é necessário ter acesso à diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer como consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever. (PCN, Língua Portuguesa, p. 66,67).

Ser o objetivo é formar cidadãos capazes de utilizar a escrita com eficácia, que tenham condições de assumir a palavra – também por escrito para produzir textos adequados, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola. É necessário, portanto, ensinar os alunos a lidar tanto com a escrita da linguagem – os aspectos notacionais relacionados ao sistema alfabético e às restrições ortográficas – como com a linguagem escrita – os aspectos discursivos relacionados à linguagem que se usa para escrever. Para tanto é preciso que, tão logo o aluno chegue a escola, seja solicitado a produzir seus próprios textos, mesmo que não saiba grafá-los, a escrever como lhe foi possível, mesmo que não faça convencionalmente.

Formar escritores competentes supõe, portanto uma prática continuada de produção de texto na sala de aula, situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e uma aproximação das condições de produção às circunstâncias nas quais se produzem esses textos. Diferentes objetivos exigem diferentes gêneros e estes, por sua vez, têm suas formas características que precisam ser aprendidas. (Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa p. 68).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais traz alguns procedimentos didáticos para implementar uma prática continuada de produção de texto na escola:

- Oferecer textos escritos de boa qualidade, por meio da leitura (quando os alunos ainda não leem com independência, isso se torna possível mediante leitura de textos realizada pelo professor).

- Solicitar aos alunos que produzam textos muito antes de saberem grafá-los. Quando ainda não se sabe escrever, ouvir alguém lendo o texto que produziu é uma experiência importante.

- Propor situações de produção de textos, em pequenos grupos, nas quais os alunos compartilhem atividades, embora realizando diferentes atividades.

- A conversa entre professor e alunos é, também, uma importante estratégia didática em se tratando da prática de produção de textos: ela permite a explicitação das dificuldades e a discussão de certas fantasias criadas pelas aparências. Quando está acabado, o texto praticamente não deixa traços de sua produção, esconde o processo pelo qual foi produzido. “Sendo assim, é fundamental que os alunos saibam que escrever, ainda que graficamente para muitos, não é fácil para ninguém” (PCNS, Língua Portuguesa, p. 69;70).

Para aprender a ler e a escrever é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita apresenta e como ela representa graficamente a linguagem. Aprender a ler é muito fácil, especialmente quando o próprio aluno escolhe o seu vocabulário de estudo. O elo psicológico, quase nunca possível de ser percebido por nós, que desperta e prende o interesse do aluno numa determinada palavra, é sempre poderoso, indestrutível e potencializa o processo com a força interior da emoção. “É esta força que viabiliza uma memorização fácil, pois espontânea e uma aprendizagem rápida e efetiva, pois prazerosa” (RIZZO, 1998 p. 9).

Segundo Ângela Kleiman, a leitura é uma interação em que o autor e leitor constroem os sentidos de um texto. A experiência sociocultural determina as diferentes leituras de cada leitor. Assim, muitas vezes, as respostas às questões propostas dependerão do sentido que o aluno construiu em sua interação com o texto. No entanto, defender a ideia de que não há uma única leitura para um texto, não equivale a dizer que quaisquer sentidos podem, então, ser atribuídos a ele.

Artur Gomes de Morais em sua obra intitulada *Ortografia: ensinar e aprender* afirma:

Pensar – nós que um ensino sistemático, que gradativamente leve à reflexão sobre as diferentes dificuldades de nossa ortografia, ajuda a criança exatamente a se tornar melhor escritora, já que a aquisição de certos automatismos na ortografia lhe permitirá voltar mais sua atenção na composição da história que ela está redigindo. Assim, pouco a pouco, na hora de produzir seus textos, a criança não precisará estar frequentemente parando para decidir com qual letra vai escrever tal palavra”. Em outras palavras, liberta da hesitação e da dúvida quanto à maneira de grafar certas palavras, a criança terá mais tempo para organizar suas ideias. (MORAIS, 1998, p. 145).

As palavras de David K. Berlo afirma: “Precisamos saber como grafar as palavras do vocabulário a fim de que o leitor possa decodificá-las com facilidade.” Frisemos que não escrevemos “corretamente” apenas para cumprir as normas de grafia, mas para codificar mensagens que tenham boas possibilidades de ser corretamente decodificadas. Disso se infere que uma escrita unificada representa comunicar-se mais fácil e eficientemente. Diante disso, é necessário criar oportunidade para que a própria criança possa refletir sobre as dificuldades ortográficas de nossa língua (BERLO, 2003, p. 42).

Leitura e Escrita Segundo Emília Ferreiro (1986, p. 51) “o desenvolvimento da leitura e da escrita começa muito antes da escolarização.” Desde que nascemos somos construtores de conhecimento, no esforço de compreendermos o mundo que nos rodeia. Levantamos problemas muito difíceis e abstratos e procuramos descobrir respostas para eles. Construimos objetos complexos de conhecimento, e o sistema de escrita é um desses objetos complexos que construimos. A autora estabelece duas distinções.

Problemas epistemológicos fundamentais estabelece uma distinção entre a construção de um objeto de conhecimento e a maneira pela qual fragmentos de informação são ou não incorporada como conhecimento. As crianças do meio urbano estão em contato com o material escrito e com ações sociais vinculadas a esse tipo de material. Ela afirma que “a construção de um objeto de conhecimento, implica muito mais que mera coleção de informações. Implica a construção de um esquema conceitual que permite interpretar dados prévios e novos dados (isto é, que possa receber informações e transforma – lá em conhecimento)”. (EMÍLIA, FERREIRO, 1986, p. 60)

3.5 – Distinções Entre Métodos ou Procedimentos de Ensino e o Processo de Aprendizagem

A autora vai afirmar que “há uma série de passos ordenados antes que a criança compreenda a natureza de nosso sistema alfabético de escrita e que cada passo caracteriza”, se por esquemas conceituais específicos, cujo desenvolvimento e transformação constituem nosso principal objeto de estudo. “... as crianças levam em conta parte da informação dada e introduzem sempre, ao mesmo tempo, algo de pessoal”. É um processo construtivo, daí ser difícil julgar o nível conceitual de uma criança, considerando unicamente os resultados, sem levar em conta o processo de construção. Só a consideração conjunta do resultado e do processo, permite – nos estabelecer interpretações significativas.

Leitura e Escrita Segundo Emília e Ana Teberosky (1985, p. 38), acreditarem que a criança busca a aprendizagem na medida em que “constrói o raciocínio lógico e que o processo evolutivo de aprender a ler e escrever passa por níveis de conceitualização que revelam as hipóteses a que chegou a criança”. Emília Ferreiro e Ana Teberosky definiram em sua Psicogênese da Língua Escrita, cinco níveis:

Nível 1: Hipótese Pré – Silábica. A criança:

- Não estabelece vínculo entre fala e escrita;
- Demonstra intenção de escrever através de traçado linear com formas diferentes;

- Usa letras do próprio nome ou letras e números na mesma palavra;
- Caracteriza uma palavra como letra inicial;
- Tem leitura global; individual e instável do que escreve; só ela sabe o que quis escrever:

Nível 2: Intermediário I. A criança:

- Começa a ter consciência de que existe alguma relação entre pronuncia e a escrita;
- Começa a desvincular a escrita das imagens e os inúmeros das letras;
- Conserva as hipóteses da quantidade mínima e da variedade de caracteres;

Nível 3: Hipótese Silábica. A criança:

- Já supõe que a escrita representa a fala;
- Tenta fonetizar a escrita e dar valor sonoro às letras;
- Já supõe que a menor unidade de língua seja a sílaba;
- Em frases, pode escrever uma letra para cada palavra;

Nível 4: Hipótese Silábica – Alfabética ou Intermediário II. A criança:

- Inicia a superação da hipótese silábica;
- Compreende que a escrita representa o som da fala;
- Passa a fazer uma leitura termo a termo; (não global).
- Consegue combinar vogais e consoantes numa mesma palavra, numa tentativa de combinar sons, sem tornar, ainda sua escrita socializável. Por exemplo. CAL para cavalo.

Nível 5: Hipótese Alfabética. A criança:

- Compreende que a escrita tem função social;
- Compreende o mundo de construção do código da escrita;

- Omite letras quando mistura as hipóteses alfabética e silábica;
- Não tem problemas de escrita no que se refere a conceito;
- Não é ortografia e nem léxica.

O dia a dia apresentado pelos alunos que ingressam nas series iniciais, se mostra preocupante, considerando que a cada momento, o educador encontra-se diante de alguns obstáculos, principalmente quando se refere à leitura e suas interpretações. Essas dificuldades embora comuns se difundam em outras, como interpretação de textos, ditado, cópia e etc... O que numa linguagem atual se reporta as técnicas de redação.

Entende-se que cada aluno apresenta sua dificuldade, alguns tem bloqueios para escrever, expressar suas emoções, falar etc. Nesse contexto, o professor precisa estar atento a essas dificuldades, a fim de criar mecanismo para seu enfrentamento, reconhecendo que na fase inicial, a criança absorve o que lhe é repassado e incorpora valores que no decorrer da vida escolar, se contemporizam com outros, podendo gerar conflitos ou dificuldades.

4 ESCRITA E LEITURA NO OLHAR DOS PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - são referências de qualidade para os Ensinos Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal. O objetivo é propiciar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e uma escola em que se aprende mais e melhor.

Os PCN, como uma proposta inovadora e abrangente, expressam o empenho em criar novos laços entre ensino e sociedade e apresentar idéias do "que se quer ensinar", "como se quer ensinar" e "para que se quer ensinar". Os PCN não são uma coleção de regras e sim, um pilar para a transformação de objetivos, conteúdo e didática do ensino.

De acordo com os PCNs (1997, p. 52-53), a relação que se estabelece entre leitura e escrita, entre o papel de leitor e de escritor, no entanto, não é mecânica: alguém que lê muito não é, automaticamente, alguém que escreve bem. Pode-se dizer que existe uma grande possibilidade de que assim seja. É nesse contexto - considerando que o ensino deve ter como meta formar leitores que sejam também capazes de produzir textos coerentes, coesos, adequados e ortograficamente escritos – que a relação entre essas duas atividades deve ser compreendida.

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores", pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modelizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria-prima para a escrita: o que escrever. Por outro, contribui para a constituição de modelos: como escrever. (PCNs, 1997, p. 53).

Segundo os PCNs (1997, p.53), a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc.

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade. (PCNs, 1997, p. 54),

Para os PCNs (1997, p. 54), formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

A “leitura na escola tem sido, fundamentalmente, um objeto de ensino”. (PCNs,1997, p.54). Para que possa constituir também objeto de aprendizagem, é necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder, do seu ponto de vista, a objetivos de realização imediata.

De certa forma, é preciso agir como se o aluno já soubesse aquilo que deve aprender. Entre a condição de destinatário de textos escritos e a falta de habilidade temporária para ler autonomamente é que reside a possibilidade de, com a ajuda dos já leitores, “aprender a ler pela prática da leitura” (PCNs, 1997, p.56). Trata-se de uma situação na qual é necessário que o aluno ponha em jogo tudo que sabe para descobrir o que não sabe, portanto, uma situação de aprendizagem.

No descrever dos PCNs (1997, p.56), para aprender a ler, portanto, é preciso interagir com a diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que os já leitores fazem deles e participar de atos de leitura de fato; é preciso negociar o conhecimento que já se tem e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivo e ajuda de leitores experientes.

Uma prática constante de leitura na escola deve admitir várias leituras, pois outra concepção que deve ser superada é a do “mito da interpretação única, fruto do pressuposto de que o significado está dado no texto” (PCNs, 1997, p. 57). O significado, no entanto, constrói-se pelo esforço de interpretação do leitor, a partir não só do que está escrito, mas do conhecimento que traz para o texto.

Para tornar os alunos bons leitores - para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura -, a “escola terá de mobilizá-lo os internamente, pois aprender a ler (e também ler para aprender) requer esforço” (PCNs, 1997, p.58). Precisar fazê-los achar que a leitura é algo

interessante e desafiador, algo que, conquistado plenamente, dará autonomia e independência.

A leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. Fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde a perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. Isso não significa que na escola não se possa eventualmente responder a perguntas sobre a leitura, de vez em quando desenhar o que o texto lido sugere, ou ler em voz alta quando necessário. No entanto, uma prática constante de leitura não significa a repetição infundável dessas atividades escolares (PCNs, 1997, p. 57).

“[...] Há leituras que requerem um enorme esforço intelectual” e, a despeito disso, se deseja ler sem parar; outras em que o esforço é mínimo e, mesmo assim, o desejo é deixá-las para depois (PCNs, 1997, p. 57). Há textos nos quais as diferentes interpretações fazem sentido e são mesmo necessárias: é o caso de bons textos literários. Há outros que não: textos instrucionais, enunciados de atividades e problemas matemáticos, por exemplo, só cumprem suas finalidades se houver compreensão do que deve ser feito (PCNs, 1997, p. 58).

Para tornar os alunos bons leitores - para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura -, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler (e também ler para aprender) requer esforço. Precisarão fazê-los achar que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que, conquistado plenamente, dará autonomia e independência (PCNs, 1997, p. 58).

“Formar leitores é algo que requer, portanto, condições favoráveis para a prática de leitura” (PCNs, 1997, p. 58) - que não se restringem apenas aos recursos materiais disponíveis, pois, na verdade, o uso que se faz dos livros e demais materiais impressos é o aspecto mais determinante para o desenvolvimento da prática e do gosto pela leitura. Algumas dessas condições:

- Dispor de uma boa biblioteca na escola;
- Dispor, nos ciclos iniciais, de um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura;
- Organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia. Para os alunos não acostumados com a participação em atos de leitura, que não

conhecem o valor que possui, é fundamental ver seu professor envolvido com a leitura e com o que conquista por meio dela. Ver alguém seduzido pelo que faz pode despertar o desejo de fazer também;

- Planejar as atividades diárias garantindo que as de leitura tenham a mesma importância que as demais.

Além das condições descritas, são necessárias propostas didáticas orientadas especificamente no sentido de formar leitores. A seguir são apresentadas algumas sugestões para o trabalho com os alunos, que podem servir de referência para a geração de outras propostas (PCNs, 1997, p. 59).

“O trabalho com leitura deve ser diário” (PCNs, 1997, p. 60). Há inúmeras possibilidades para isso, pois a leitura pode ser realizada:

- de forma silenciosa, individualmente;
- em voz alta (individualmente ou em grupo) quando fizer sentido dentro da atividade; e
- pela escuta de alguém que lê.

A leitura colaborativa é uma atividade em que o professor “lê um texto com a classe” e, durante a leitura, questiona os alunos sobre as “pistas linguísticas que possibilitam a atribuição de determinados sentidos” (PCNs, 1997, p. 61). Trata-se, portanto, de uma excelente estratégia didática para o trabalho de formação de leitores. [...] A possibilidade de interrogar o texto, a diferenciação entre realidade e ficção, a identificação de elementos discriminatórios e recursos persuasivos, a interpretação de sentido figurado, a inferência sobre a intencionalidade do autor, são alguns dos aspectos dos conteúdos relacionados à “compreensão de textos, para os quais a leitura colaborativa tem muito a contribuir” (PCNs, 1997, p. 61).

Os projetos são situações em que linguagem oral, linguagem escrita, leitura e produção de textos se inter-relacionam de forma contextualizada, pois quase sempre envolvem tarefas que articulam esses diferentes conteúdos. São situações linguisticamente significativas, em que faz sentido, por exemplo, “ler para escrever, escrever para ler, ler para decorar, escrever para não esquecer, ler em voz alta em tom adequado” (PCNs, 1997, p. 62). [...] Os projetos de leitura são excelentes

situações para contextualizar a necessidade de ler e, em determinados casos, a própria leitura oral e suas convenções.

Alguns exemplos de “projetos de leitura”: produção de fita cassete de contos ou poemas lidos para a biblioteca escolar ou para enviar a outras instituições; produção de vídeos (ou fitas cassete) de curiosidades gerais sobre assuntos estudados ou de interesse; promoção de eventos de leitura numa feira cultural ou exposição de trabalhos (PCNs, 1997, p. 62).

São situações didáticas adequadas para promover o gosto de “ler e privilegiadas para desenvolver o comportamento do leitor”, ou seja, atitudes e procedimentos que os leitores assíduos desenvolvem a partir da prática de leitura: formação de critérios para selecionar o material a ser lido, constituição de padrões de gosto pessoal, rastreamento da obra de escritores preferidos, etc. (PCNs, 1997, p. 63).

Os alunos escolhem o que “desejam ler, levam o material para casa por um tempo e se revezam para fazer a leitura em voz alta”, na classe (PCNs, 1997, p.63).

Além das atividades de leitura realizadas pelos alunos e coordenadas pelo professor há as que podem ser realizadas basicamente pelo professor. É o caso da leitura compartilhada de livros em capítulos, que possibilita aos alunos o acesso a textos bastante longos (e às vezes difíceis) que, por sua qualidade e beleza, podem vir a encantá-los, ainda que nem sempre sejam capazes de lê-los sozinhos (PCNs, 1997, p.64).

A leitura em voz alta feita pelo professor não é uma prática muito comum na escola. E, quanto mais avançam as séries, mais incomum se torna, o que não deveria acontecer, pois, muitas vezes, são “os alunos maiores que mais precisam de bons modelos de leitores” (PCNs, 1997, p.64).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolveu-se no ambiente escolar contextualizando a leitura e escrita entre os alunos do ensino fundamental I, visando a democratização de uma escola articulada com uma sociedade mais ampla, visando estimular os alunos a prática da leitura e escrita. O trabalho objetiva-se em discutir com a literatura e as PCNs o papel do professor frente a escrita e a leitura no ensino fundamental I, descrever as bibliografias acerca da escrita e da leitura na educação fundamental I e promover a discussão com as literaturas disponíveis e as indicações das PCN's no tocante a escrita e a leitura no ensino fundamental I.

Vale salientar que trabalhou-se a função social da escola onde o educando apresenta-se como desafiador, crítico e democrático devendo propiciar um espaço para que o educando, pergunte, questione, seja estimulado a buscar novas informações, novos conhecimentos, é nesse sentido que ensinar não se esgota, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. Para que este processo se efetivasse precisou contar com os educadores e discentes, focalizados com base nos PCNs, voltados para a leitura e escrita, na sala de aula, tendo como princípio a relação que se estabelece entre leitura e escrita, entre o papel de leitor e de escritor.

Frente ao exposto, esperamos ter contribuído para intensificar o melhor para os discentes (alunos) na tentativa de resgatar a autoestima acerca da aprendizagem proporcionando novos caminhos na busca da leitura e da escrita.

Para concluir esse trabalho, vale salientar que é importante conhecer as PCNs, para que o professor venha contribuir com a leitura e escrita do aluno na sala de aula, de forma que sua aprendizagem venha torna-lo um leitor crítico e consciente.

REFERÊNCIAS

BELLENGER, Lionel. **Os métodos de leitura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BERLO, David K. O Processo da Comunicação. **Introdução à Teoria e à Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

FERREIRO. E. **Os processos de Leitura e Escrita**, Porto Alegre, 1987;

FERREIRO. E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FISHER, Steven R. **História da Leitura**. Tradução: Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GALLIGÓ, M. **A aprendizagem e seus transtornos**, Barcelona, Grupo Editorial CEAC.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. Extrairdo da Metodologia da Pesquisa (Eduardo Moresi (Organizador). Disponível em: <
http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa..pdf>. Acesso em: 26/07/2013.

KLEIMAN, Ângela. **A concepção escolar da Escrita, Oficina de Leitura Teoria e Prática**. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

KOCH, I. G. V. e TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

LAJOLO, Marisa. **A prática da Leitura**. In: GERALDT, J. Wanderley (org.) O texto em sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.

Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**, v. 2. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

MORAIS Antonio Manuel Paplona. **Uma Abordagem Psicopedagógica**. 7. ed. São Paulo: Edicon, 1998.

NACIONAIS, **Parâmetros Curriculares. Língua Portuguesa** / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental – 3 ed. – Brasil: A Secretaria, 2011.

RIZZO, Gilda. **Alfabetização Natural**. Ed. Ver. E atualizada. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação a Escola Necessária**. São Paulo: Cortez, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 25/07/2013.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Organização, gestão da Escola – Desafios a Enfrentar**. Rio de Janeiro, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **Sociedade e Democracia da Leitura**. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org.) Estado de Leitura. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.